

# O constructo conceitual de normalidade / anormalidade (ou da adequação social)<sup>1</sup>

Adreana Dulcina Platt

**Resumo:** O foco do presente estudo será a análise crítica ao constructo conceitual do binômio normalidade/anormalidade. Por meio de uma investigação bibliográfica e documental, apurou-se dentre as tendências que mais se pronunciam na discussão do fenômeno da normalidade/anormalidade, é possível destacar a) concepção anátomo-fisiológica, b) concepção psicossocial, e c) concepção histórico-social. O estudo aponta os limites e possibilidades para a formulação de um conceito de normalidade/anormalidade (ou adequação social) a partir de um feixe de dados epistemológicos selecionados para o estudo da organização do fluxo histórico-social ampliado, a saber, os pressupostos políticos, econômicos, biofísicos, os papéis e representações culturais.

**Palavras-chave:** Educação. Teoria do conhecimento. Normalidade-anormalidade.

## The conceptual constructo of normality/abnormality (or of the social adequacy)

**Abstract:** The focus of this study is to construct a critical analysis of the conceptual binomial normality / abnormality. Through a bibliographical and documentary research, it was found that among the most pronounced trends in the discussion of the phenomenon of normality / abnormality, it is possible to highlight a) anatomical and physiological design, b) designing psychosocial, and c) social-historical conception. The study points out the limits and possibilities for the formulation of a concept of normality / abnormality (or social adequacy) from a data beam epistemological selected for the study of the organization of social-historical flow expanded, namely the political assumptions, economic, biophysical, roles and cultural representations.

**Keywords:** Education. Theory of knowledge. Normality-abnormality.

---

<sup>1</sup> Apoio: Bolsa pesquisador CNPq

## **1 Revisitação ao constructo do conceito de normalidade/ anormalidade (ou adequação social)**

Até agora, os homens sempre tiveram ideias falsas a respeito de si mesmos, daquilo que são ou deveriam ser. Organizaram suas relações em função das representações que faziam [...] do homem normal etc. Esses produtos de seu cérebro cresceram a ponto de dominá-los completamente.

(MARX; ENGELS, 1998, p. 3).

Para o entendimento do valor atribuído ao binômio normalidade/anormalidade (ou à situação de adequação social ante a possibilidade de o indivíduo ter plenas condições de colocar-se em sociedade, partilhando e produzindo bens, valores, cultura, etc.), temos que nos remeter, necessariamente, ao resgate dos pressupostos epistemológicos, culturais, políticos e sócio-econômicos que balizam os mesmos.

Segundo Campos (1999), compreendemos as regulações sociais por meio de suas constâncias, que acontecem e agem dentro de um contexto específico. Pretendemos desta forma, por premissa, abordar tais “constâncias” que sobejamente se expressam na vida social, agindo como “fiéis de balança” daquilo que será definidor/regulador de uma concepção de normalidade/anormalidade. Discutir a conceituação do constructo social da normalidade/anormalidade exige o esforço da análise de um feixe de dados que fornecerá pistas para tal empreendimento.

A intenção primeira deste artigo será o de abordar a tese de que o conceito que nos propomos a estudar é resultante de um consenso social concebido diante de um “padrão” intencionalmente formatado pela mesma lógica que regula amplamente outros aspectos da vida social e que compreende em seu interior qual seriam os indivíduos que dela farão parte.

Para isso, analisaremos três grandes concepções que, a nosso entender, regem as bases da construção do conceito de normalidade/anormalidade, adequação social, a saber: as concepções médico-biológicas, as representações sociais e a histórico-social. Esta última será particularmente adotada nesta tese enquanto concepção de ser humano a partir do materialismo histórico, em que o processo de humanização se dá por meio da atividade material objetiva: o trabalho; a partir disso, é possível ao ser humano modificar o meio em que vive, a si e a outros indivíduos.

Verificar a composição deste padrão aceito significa reler as bases estruturais e as dos elementos superestruturais<sup>2</sup> que se formulam para a identificação e o aceite, maciço, dos ditames, que depois de consentidos seriam legitimados.

Segundo Foracchi e Martins (1977, p. 24), a anomalia partiria na percepção de nosso senso comum, de um volume de pré-conceitos; ou seja, descrevemos como anômalo o que não é “normal”, e o normal seria todo o conjunto de ordenamentos éticos e contínuos de controle social, cuja violência, simbólica ou não, enquadra os seres humanos em suas diferenças individuais ou grupais e conforme a perspectiva classista dominante, que determina o “consenso compulsório”. Os autores ainda questionam de quem são os olhos que determinam tal perspectiva, com qual comprometimento – e com quem – e em nome do que/quem aliena e subjuga. Essa perspectiva, por sua natureza conceitual, é “reguladora” no mundo da vida, em que suas premissas ditariam o que seria aceito ou não nas diferentes situações em que o ser humano se possibilita estar.

Com esta breve introdução, descrevemos agora algumas concepções que historicamente formataram o conceito de normalidade/anormalidade na literatura que o fundamenta.

#### **a) Primeira concepção: anátomo-fisiológica**

O resgate dos pressupostos conceituais da questão biológica - o ser humano enquanto espécie - é imprescindível na composição da tese sobre a normalidade/anormalidade, porquanto este ser um viés que grassamente acobertou a construção deste binômio, respaldada nos princípios da racionalidade empírica com enfoque na pesquisa quantitativa, de viés funcionalista, principalmente pelos resultados classificatórios obtidos. O resultado disso seria

---

<sup>2</sup> Conforme Jannuzzi (1985, p. 14), ao enunciar o conceito de superestrutura em Marx e Engels: “A situação econômica é a base, mas os diversos elementos da superestrutura – as formas políticas da luta de classe e seus resultados, a saber, as constituições estabelecidas uma vez ganha a batalha pela classe vitoriosa; as formas jurídicas e mesmo os reflexos de todas essas lutas reais no cérebro dos participantes, as teorias políticas, jurídicas, filosóficas, as concepções religiosas e seu desenvolvimento ulterior em sistemas dogmáticos – exercem igualmente sua ação sobre o curso das lutas históricas e, em muitos casos, determinam de maneira preponderante sua forma”. E conforme Capella (1998, p. 155), “por ‘superestrutura’ pode entender-se as relações de natureza política e jurídica, de um lado e de outro as formas de consciência social”. Quanto à base material da sociedade, esta “dá-se como componente da estrutura social derivada das relações de produção, i. e., as classes sociais correspondentes, [...], estes são aspectos “fundamentantes” dos demais aspectos da vida social”.

o equívoco de entender o ser humano, na elaboração de seu fazer diário, unicamente enquanto um dado de estímulo-resposta ou necessidade-saciedade. Severino (2001, p. 47-48) alude que o aspecto da existência prática do ser humano (seu corpo) e a inter-relação estabelecida com o ambiente físico (natureza) é um ângulo do agir humano, no qual há a possibilidade de trocas e apropriações essencialmente vitais. O autor assevera que a base físico-biológica é, radicalmente, a base que nos torna ligados à esfera da natureza pelo princípio da manutenção da espécie.

Desta forma, não podemos perder, ou permitir, que nos escape a discussão do que “potencialmente” está disponível a este ser humano, nem ficar à mercê das ciladas conceituais que foram empregadas no sentido de gerar credibilidade científica e, por fim, consenso social (através da “neutralidade do saber científico”, por exemplo), do que se entenderia por indivíduos “aptos” e “inaptos” - e pelo qual receberiam tal estigma. Biologistas, inclusive, utilizam-se do conceito do corpo “anatomicamente disponível”<sup>3</sup>.

Newton Duarte (1999, p. 18) pontua que não podemos incorrer no erro de conceber que as respostas anátomo-biológicas se figuram unicamente no sentido da espontaneidade, como se o ser humano só as utilizasse conforme a causalidade dos acontecimentos e, como reação, a ela respondesse. A ideia aqui descrita será, inicialmente, verificar como esse processo se configuraria na etapa da hominização, sendo a mesma superada pela humanização, resultante do acúmulo dos saberes que o ser humano prorrompe com a atividade prática e social. Outrossim, não podemos reduzir a atividade vital dos seres humanos apenas ao aspecto de assegurar as condições materiais de existência do gênero humano. Neste ponto, Duarte lembra que esta não é a característica fundamental da atividade humana; não é o alicerce indispensável da construção histórica humana. Severino (2001, p. 48-49) apresenta a subjetividade como o elemento novo, que intervém na relação homem-natureza de tal forma que o processo do trabalho articulado para a produção material da sobrevivência (e que depende de três fatores: a natureza, o indivíduo e a relação social) vai ser operacionalizado por projetos de ação que serão representados “no plano da simbolização subjetiva”.

---

<sup>3</sup> Esta seria a visão clássica, funcionalista, sobre o “corpo são”: método cartesiano da fragmentação do ser. Para saber mais sobre este assunto, consultar Medina (1990).

A dimensão anátomo-fisiológica também destaca a relação da funcionalidade dos órgãos e membros corporais disponíveis nos seres humanos. Queremos dizer com isto que a relação que os indivíduos estabelecem na cotidianidade, segundo esta visão, resultaria muito mais de suas possibilidades físicas, corporais, ou seja, teriam sua otimização na resposta corporal adequada, em que cada órgão desempenharia sua função diante de uma solicitação neural feita, como anteriormente introduzimos. Assim, classificam-se os indivíduos com atitudes normais ou anormais segundo o número de respostas adequadas em conformidade com o arbitrário social destas funções. Classificam-se os órgãos humanos em todas as suas possibilidades anátomo-químicas e fisiológicas para disponibilizar a informação dessas no momento em que as solicitamos, em meio às atividades do mundo da vida. A resposta incompleta ou inadequada seria um indício de que o indivíduo é/está inapto à função. É possível recorrer à história da educação brasileira, por exemplo, para descrevermos os períodos higienista, militarista e o rendimento no desporto, que dedicam amplo destaque para a formação instrumental dos sujeitos sociais do período clássico até os nossos dias. Nesses períodos, dominaram as ideias de longevidade corporal, força, exaltação da “aparência saudável” (por testes de aptidão física e biométrica), disciplinamento, adestramento, hierarquização e docilização à ordem estabelecida, dicotomização corpo-mente, etc. (PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 1996, p. 65).

Esta dimensão é desmistificada nos escritos de Canguilhem (1995) (conforme veremos abaixo), ao elaborar uma concepção de saúde por meio da compreensão dialética deste fenômeno com a doença.

Através dessa discussão (fundamental para a construção dos parâmetros médico-assistencialistas) empregou-se a definição conceitual a partir de dados empíricos sobre as capacidades humanas (entendidos como “absolutos”), e estes colaboraram para a formatação ao padrão que definiria quem seriam os “normais”, dos “anormais” (ou os in/adequados sociais), o que fez, conforme este estudo aponta, que se seguisse a um outro extremo do equívoco (que seria a total rejeição ao estudo das capacidades anátomo-fisiológicas e às possibilidades orgânicas ante a diversidade do ambiente físico-social).

Compreender o ser em sua composição orgânica (e da mesma forma, a história da caminhada da ciência natural para desvelá-la) é necessário. Este entendimento, como uma das possíveis formas de revisão dos equívocos conceituais construídos, é imprescindível - pois nos

permitirá não perder o olhar por sobre os limites humanos - à diversidade de fatores tácitos à produção da racionalidade moderna. Seria o mesmo equívoco operado nas produções quantitativas da pesquisa educacional (ou seja, estudo que apresentavam tabelas ou registros de fontes com dados comparativos), num período em que a exacerbação do caráter qualitativo, registrada nas academias era compreendida como o único tipo válido de pesquisa educacional. Neste aspecto, qualquer tipo de tabela era “demonizada” (SCHEIBE, 2003).

Severino (2001), conforme descrito anteriormente, lembra-nos que nossa estrutura físico-biológica, enquanto organismo, vivo é um *conditio sine qua non* de nossa existência tanto quanto de nossa perpetuação enquanto espécie, objetivamente.

Neste ponto, Pereira (2000, p. 59) destaca o pensamento de Marx sobre a temática:

[...] Marx estava convencido de que a tentativa de limitar a natureza humana à dimensão biológica ou mesmo econômica e material constituía um sério equívoco. Para ele, haveria que se levar em conta necessidades propriamente humanas que, alicerçadas na consciência da liberdade, ensejariam aos homens a busca da libertação à fatalidade natural. Assim, da essência humana constam não apenas a sobrevivência, mas também qualidades ‘como o trabalho (objetivação, a sociabilidade, a universalidade, a autoconsciência e a liberdade). Estas qualidades essenciais já estão dadas na própria hominização, como meras possibilidades; tornam-se realidade no processo indefinido da evolução humana.

Por dedução à lógica funcionalista do mundo animal (e ao mundo do laboratório experimental), num aspecto ampliado, o ser humano assimilou questões da causalidade/ação-reação, no sentido de sua preservação (lei da seleção natural da espécie/lei dos aptos e inaptos) e, por analogia, reverberou a mesma lógica no código social, definindo quem “sobreviveria”, e sustentaria o “progresso” inevitável que se seguiria (darwinismo social).

Conforme Vêras (2001, p. 27-49), esta concepção de mundo estabelece que vivemos numa “arena naturalizada”, onde o espaço estaria disponível a todos os competidores que, a priori, teriam, todos, as mesmas condições de luta; nesse sentido; os mais aptos ganhariam as melhores posições, já que nos encontramos num ambiente socialmente construído, e formariam, numa equação simplificadora da afirmação anterior, as zonas segregadas desse espaço construído. Não esqueçamos que um raciocínio atrelado à ideia dos códigos sociais seria o da moral e da ética, pois compõem a lógica das ações humanas individuais e coletivas.

Pontuamos este aspecto, pois, o ser humano racional, moderno, moral, coloca outros

matizes definidores de seu agir e postula juízos de valor já acomodados no imaginário social, o que não permite, por exemplo, que, por infortúnio biológico, os inaptos fossem eliminados (no sentido da morte).

A lógica, no entanto, não é perdida, quando a eliminação se concebe de forma inerente a um sistema de produção social, em que se destina aos próprios indivíduos a culpabilização por sua condição de vida; ou ainda, por uma razão simplesmente genética, adaptativa ou mística (LEHER, 1998; GENTILI, 1996; OLIVEIRA, 2000; FRIGOTTO; CHIAVATTA, 2001). Neste sentido, ocorrerão “perdas” previsíveis. Essa eliminação seria, pois, um “descanso” ao desafortunado ante sua “condição”.

Num estudo realizado por Pierucci (1987, p. 26-45) no fim da década de 80 em São Paulo, centenas de entrevistas foram colhidas para entender as bases do perfil conservador da população, principalmente daqueles que apóiam candidaturas da “direita reacionária”. Esses populares indicam a perda da tranquilidade social como consequência do trânsito volumoso de indivíduos mestiços, favelados, que seriam em sua maioria “malandros” (leia-se desajustados), demais para conviver com os “corretos” e “batalhadores” cidadãos na sociedade atualmente. Isso indica que a agressividade desses entrevistados se concentra no ator mais imediato da vida cotidiana: os “anômalos” de seu tempo e espaço. O autor entende que esse perfil se destaca numa “dúplice deriva ideológica: racista e moralista”.

Cabe aqui descrever que, para Malinowski (1975, p. 79, 82), os homens estão atrelados ao trinômio “fome-alimento-saciedade”, que forma a base final de toda motivação humana (principalmente na concepção marxiana). Esse autor assevera que o próprio determinismo biológico impõe certas atitudes invariáveis ao comportamento humano, mas essas deverão ser incorporadas a toda cultura, independente de ser mais elaborada ou primitiva, complexa ou simples.

No entanto, Pereira (2000, p. 69) alerta que, conforme salienta Marx, ao se tratar do reconhecimento de que, no plano das satisfações orgânicas (físicas ou biológicas), o ser humano, em sua gênese, não se encontra abstratamente na natureza ou ainda na totalidade da sociedade. Conforme a autora, a origem do homem em seu processo humanizador está imbricadamente ligada à práxis humana, e que assim o é (humana), à medida que sua atividade objetiva (o trabalho) se distancia da atividade de outros seres vivos.

Dando continuidade às investigações de autores como Malinowski, podemos entender as apropriações particulares com que as diferentes comunidades lidam, no sentido de garantir o desbaratamento do trinômio supracitado.

#### **b) Segunda concepção: psicossocial**

Numa segunda concepção sobre o processo de humanização do homem, podemos arrolar os estudos voltados à Psicologia Social, que se detêm na representação social; nos papéis sociais.

A Psicologia Social tem se utilizado, enquanto objeto de estudo, da identificação da representação social para a análise da concretude da ação para compor o paradigma conceitual das construções simbólicas. Seria entender o fenômeno da subjetivação, organizando e determinando as objetivações no espaço social.

Para Perrusi (1995, p. 124-125), todos os constructos sociais existentes (instituições, documentos, proferimentos verbais e não verbais, utensílios, etc.) só podem ser apreendidos pela inteligência humana por meio de seu sentido e o seu significado, uma vez que esses participam da sua própria constituição, ou seja, da sua produção de sentido.

Para autores desta linha de pesquisa, a representação social seria um “fenômeno simbólico que se produz na esfera pública” (PERRUSI, 1995, p. 61). Com isso, afirmam que o enfoque da psicologia social estaria no estudo dos comportamentos dos sujeitos segundo as influências histórico-sociais que os mesmos recebem desde antes de seu nascimento (LANE, 1984, p. 9).

Ainda segundo Perrusi (1995, p. 61) - autor que utiliza o sistema de representação social enquanto objeto de estudo - a representação social se constitui em um conjunto de interpretações da realidade e, como tal, indicaria aos indivíduos os códigos comuns àquele meio social, organizando suas relações, suas condutas e comportamentos. O autor ainda observa que esse sistema interpretativo do comportamento e das relações humanas está radicalmente entranhado na comunicação social, permitindo aos indivíduos internalizarem as experiências, as práticas e os modelos de conduta existentes. Por meio dela, o indivíduo constrói e se apropria dos objetos disponíveis à socialização.

Ainda nesse aspecto, Dauster (2000) lembra os usos indevidos da terminologia (representação social) na cotidianidade, cujo sentido foi primeiramente alcunhado pela sociologia

política e cujo princípio de atividade se organiza nas classificações, divisões e delimitações que designam nossa apreensão sobre o mundo social enquanto categoria essencial de percepção e reconhecimento do mundo real. Sem esquecer que essas mesmas atividades são geradas pelo mundo social nas diferentes possibilidades em que isso pode se dar; onde as práticas sociais denunciam os modos de existência e de relações do sujeito com o mundo, que possuem uma lógica interna particular e coletiva, além da presença das formas institucionalizadas que operam na reprodução do agir, pensar, sentir, particulares ou universais, que são simbólicas à existência e à continuidade dos grupos e classes.

A construção do padrão do que seria adequado socialmente, normal ou anormal, poderia ser respondida pelo estudo dos comportamentos entendidos como adequados, uma vez que as representações que temos sobre as coisas que estão colocadas no mundo e as diferentes manifestações que ocorrem são compreendidas por nossa dimensão simbólica; mas, de modo algum poderia justificar as possibilidades de se totalizar o fenômeno a partir da sua condição única de existência, como se esse fosse espontâneo, apenas comportamental, de grupos ou em seu formato solitário.

Temos claro que o mundo da subjetividade se faz presente na composição do ser, mas que ele se produz nas condições que materialmente se viabilizam e que estão disponíveis para o acúmulo dos conceitos de uso social pelos indivíduos (porquanto a ideia não ser o próprio sujeito ou “entidades substantivas”) e, desta forma, o sujeito apropria-se dos mesmos, e, assim, entende o mundo em que vive e participa dele. Conforme Chauí (1995, p. 167), a inversão entre “causa e efeito”, “princípio e consequência”, fez com que a experiência social direta fosse determinada apenas por sua aparência, onde as imagens desembocam invertidas no imaginário coletivo, que compõem um conjunto de representações entre os humanos e suas relações entre si, as coisas, valores, etc.

Deve ser entendido, portanto, que a produção linguística e conceitual, assim como as categorias e classificações que daí decorre, e por meio da qual os seres humanos podem manifestar o mundo da vida, suas objetivações e interpretações, não é nominal apenas por sua materialidade/existência. As categorias e as palavras fazem parte significativamente de qualquer projeto que vise à radical transformação social (SILVA, 1996, p. 167-188). Segundo essa definição, a modificação das práticas sociais perpassa pela necessária troca da cultura simbólica,

linguística e conceitual até então existente e que reduz as manifestações, assim como as possibilidades dessas, nas suas formas de materialidade.

### c) Terceira concepção: histórico-social

Entendemos, neste estudo, que a representação coletiva sobre o mundo da vida, dos indivíduos e os conceitos destes sobre as coisas, se dá a partir das possibilidades materiais disponíveis e acessíveis a estes, ou seja, possuem uma perspectiva materialista-histórica e social.

Asseveramos, deste modo, que é impossível margear a discussão sobre a normalidade/anormalidade (ou adequação social) sem abordar o que representativamente foi-se construindo socialmente – ou seja, a sustentação superestrutural do tema – e que se mantém por questões intrínsecas às contradições que o sistema de acúmulo do capital gera.

Concordamos com Vázquez (1977, p. 162-165) quando este define que não há conhecimento possível sobre o mundo, ao ser humano, que não seja o resultado de seu próprio agir sobre o mesmo.

E prossegue, sistematizando alguns condicionantes para que se possa dar este “agir sobre o mundo”, dos quais o primeiro seria a destruição das “ilusões ideológicas”, que, em Marx, significaria a condição necessária para a elaboração do projeto de transformação revolucionária da sociedade. Isso significa dizer que haverá urgência em conhecer as condições materiais, objetivas de vida, que por um lado fazem o homem e suas ideias, e que, por outro, devem ser transformadas pela atividade real: “As circunstâncias fazem o homem – dizem Marx e Engels – na medida em que este faz as circunstâncias” (VÁZQUEZ, 1977).

Afirmamos, desta forma, nosso posicionamento em entender que o pensamento, a idealização, do que é normal/anormal (ou enquanto adequação social), não tem a possibilidade de ser respondida a partir de conceitos auferidos aos indivíduos, quer seja por seu aspecto físico ou pela não completude às atividades que lhes estão postas a desempenhar. Somente na revisitação dos aportes que deliberam sobre o processo de humanização do indivíduo (leia-se a partir da categoria trabalho), é que se pode entender o mundo das representações definidas em sociedade.

Duarte (1999, p. 16) observa que o processo de humanização se caracteriza pelo avanço da própria atividade social e pela consistência com que os seres humanos produzem suas

objetivações e, desta forma, não só na execução, mas na apropriação destas objetivações produzidas por sua atividade, sem o qual o ser humano estará impossibilitado de sentir, agir, pensar e avaliar de uma forma tão particular à espécie humana. Nesta perspectiva, temos por definição que, para se tornar partícipe da produção humana, na amplitude da concepção, o sujeito deve se constituir num processo de humanização, e isto se dá quando detém a lógica de suas objetivações. Não só as que vão se construindo processualmente, mas também as que historicamente estão colocadas pelas gerações de indivíduos anteriores.

Conforme Marx e Engels (1998, p. 10-11):

As premissas de que partimos não são bases arbitrárias, dogmas; são bases reais que só podemos abstrair na imaginação. São os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de existência, tanto as que eles já encontraram prontas, como aquelas engendradas de sua própria ação. Essas bases são, pois verificáveis por via empírica. [...] Pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião e por tudo o que se queira. Mas eles próprios começam a se distinguir dos animais logo que começam a produzir (grifo no original) seus meios de existência, e esse passo à frente é a própria consequência de sua organização corporal. Ao produzirem seus meios de existência, os homens produzem indiretamente sua própria vida material.

Entendemos o ser humano enquanto não “finalizado” em sua existência material, e muito menos quando retirado de suas bases reais, concretas, para colocar-se nas esteiras das representações, ou do plano ideal, mas, construindo-se em processo mediatizado por outros indivíduos, ou conforme Saviani (1991, p. 15), o ser humano, por não se fazer naturalmente, não se completar individualmente, não nasce sabendo ser “ser humano”; portanto, ele não tem condições de solitariamente nascer “sabendo” sentir, pensar, avaliar, e agir. Estas são atitudes aprendidas, pois são fenômenos que se manifestam inicialmente no processo de desenvolvimento do ser humano, em sua gênese, através dos processos educativos existentes e que coincidem com o próprio ato de viver.

A humanização se dá por processo histórico-social, e desta forma “o indivíduo se forma, apropriando-se dos resultados da história social e objetivando-se no interior dessa história, ou seja, sua formação se realiza através da relação entre objetivação e apropriação” (DUARTE, 1999, p. 47). Através das relações concretas entre os indivíduos mediatizados pela atividade objetiva e material (trabalho), há a efetivação cognoscível da história social das objetivações, pois

tais relações atuam como mediadoras entre o indivíduo e o mundo humano das práticas humanas objetivas.

Queremos, desta forma, acentuar nossa atenção ao fato de que utilizaremos nesse estudo a concepção de práxis, por não entendermos o ser humano definido a partir de suas relações como um indivíduo concebido unicamente no plano das representações simbólicas (plano das ideias). Segundo Marx e Engels (1973, p. 306), a consciência não pode colocar-se acima do ser consciente, uma vez que será nele que encontra suas elaborações, sua atividade vital. Isto quer dizer, o compreendemos enquanto sujeito concreto: por meio do mundo das práticas sociais, oportunizados pela transformação do ser humano, conforme a modificação da natureza, de si e de seus pares a partir do trabalho e pelo processo de ideologização, que refrata os indivíduos a estarem sujeitos à dinâmica social, a ponto de naturalizarem suas atitudes no plano individual e social, concebendo suas práticas sensíveis, então alienadas, como as únicas a serem possíveis de execução.

Nesta mesma obra, os autores definem que os modos pelos quais os indivíduos manifestam a vida nos dão a clara ideia do que os mesmos são. Assim sendo, estes indivíduos são dependentes das condições materiais da sua produção.

Segundo Severino (2001), a dimensão fundante da existência dos seres humanos é o trabalho, pois os integra no universo da ação produtiva, e assim torna os seres humanos não adaptáveis à natureza; esta se adapta àqueles. Pelo trabalho, o homem não se subordina à natureza apenas enquanto criatura, mas torna-se também criador. E neste ato criativo rebela-se contra o círculo vicioso da tríade fome-alimento-saciedade das demais espécies encontradas na natureza.

Para Marx e Engels (1973), a produção das ideias e as representações da consciência dos seres humanos estão ligadas, a priori, à atividade material e ao comércio. São resultados de suas condutas materiais. Isto significa dizer que, como produtores destas representações sobre si mesmos, destes seres humanos reais, serão condicionados pelo desenvolvimento das forças produtivas pelo comércio que lhe é correspondente. Ou melhor, a complexidade das relações que se fixam no ato do trabalho, além do quesito do domínio técnico, suscita necessariamente a “inserção social e intencionalidade simbólica” (SEVERINO, 2001, p. 50).

Com isto poderemos compreender o que possa significar aos indivíduos serem apartados dos modos de produção, que resultam nas objetivações as quais os possibilitam organizar suas vidas.

A partir desta prática é que será construído conceitualmente o que denominamos “normal” e “anormal”, sendo consensualmente relacionado tanto aos aspectos qualitativos (“tipos” da diferença apresentada) do ser, quanto quantitativos (“graus” da diferença apresentada). A relação intrínseca desses dois aspectos estaria na questão do paradigma elaborado pelas dimensões sócio-político-econômico-culturais.

Entendemos, a partir das reflexões tecidas neste estudo, que as mudanças do processo de produção de bens, da objetivação humana e das muitas formas que o sistema capitalista foi percorrendo para chegar ao estágio em que está atualmente, propiciam o fenômeno do acréscimo de outros indivíduos ao rol de sujeitos anormais/deficientes ao mercado, e que no princípio dos tempos sequer seriam mencionados como tal. Porém, com o perverso acúmulo do capital para poucos, a falta gritante de bens justamente distribuídos, a miserabilização da vida humana e o espaço ecológico deteriorado, cresce maciçamente o número de sujeitos que terão dificuldades de inserirem-se diante de parâmetros tão bárbaros. E engrossam, a partir de cada nova reestruturação produtiva, a fila de anormalizados/ desadequados /estigmatizados/ excluídos para o mercado.

No estudo da ontologia do ser social, Marx (apud FREDERICO, 1995) revela que Hegel concebeu, pela primeira vez na história da filosofia, a práxis humana enquanto um processo em que o ser humano será visto enquanto sujeito pressuposto, ‘como resultado de seu próprio trabalho’.

Ainda sobre este aspecto, esclarece o autor:

O homem [...] passa a ser visto como o ‘ser automegador da natureza’ que, por meio do trabalho, desprende-se da natureza, diferenciou-se dela, elevou-se acima de seus limites, e sobre ela passou a exercer uma ação transformadora. Marx, assim, atribui uma prioridade ontológica ao trabalho humano, a atividade material nascida com a intervenção dos instrumentos de trabalho que medeiam o intercâmbio dos homens com a natureza e dos homens entre si. (MARX, 1978 apud FREDERICO, 1995).

Temos convicção de que o processo de humanização se dá pelo produto da objetivação do ser humano porque, conforme nos dizem Foracchi e Martins (1977, introdução), este produz

objetos que ao mesmo tempo vão produzindo relações sociais e ideias que organizam e justificam essas mesmas relações.

Podemos observar premissas essenciais a esta discussão: primeiramente, que o ser humano se define por aquilo que faz, a atividade em que investe sua ação. E isso significa dizer que, ao mesmo tempo em que objetiva sua existência, o ser humano produz a si mesmo. É produtor e produto de seu trabalho. Nisto comprova-se a concepção dialética de que o ser humano é um fazer-se e não somente um dado, produzindo sua existência e conferindo intencionalidade às suas atividades. Por meio da ação reflexiva, consciente, é que o ser humano constrói o conteúdo significativo de sua existência – e isso denominamos de práxis, que vem a ser “sua denominação mais precisa, uma vez que inclui a atividade e a consciência crítico-teórica como elementos indissociáveis do construir-se da humanidade” (TESSER, 1995, p. 38-44).

E, lembramos segundo Martins (apud VÉRAS, 2001), que uma categoria ou grupo social só poderá ser reconhecido enquanto sujeito no momento que reconhecer a si mesmo como sujeito e atuar como tal.

No primeiro capítulo - “O Trabalho” - da obra “Por uma Ontologia do Ser Social”, Lukács (s/d) expõe que o trabalho “nasce em meio à luta pela existência humana”.

Conforme descrito por Marx (1973, p. 9), o fenômeno do trabalho fomenta valores de uso, como o trabalho útil, que por sua vez implica em condições de existência do ser humano, e isto independe da forma social estabelecida, pois o trabalho é uma atividade natural eterna que medeia o homem e a natureza, ou seja, é a própria vida humana.

Neste sentido, para Lukács, o trabalho seria “fenômeno original, o modelo do ser social”, condição sine qua non para a humanização. Saviani (1991, p. 9) e Duarte (1999, p. 10) também pontuam este básico conceito de trabalho para a compreensão do processo de humanização do ser humano.

Descrevemos, neste estudo, que o ser humano se coloca diante dos problemas que surgem, respondendo a si na modificação da natureza e nas relações com outros seres; mas, para que haja tal resposta, é preciso que este indivíduo detenha o que estiver a sua disponibilidade material; o que regula enormemente a resposta que possivelmente o mesmo dará às questões que surgem em sua vida.

Para Saviani (1991, p. 80), os dados culturais estabelecem o que vem a ser possível à manutenção dos organismos humanos, diante do contexto que favorece as referências para o mesmo; e por meio disso pode-se definir o que seja possível à manutenção destes corpos segundo a totalidade das atividades desempenhadas pelos seres humanos na resolução de suas tarefas e o quantitativo do trabalho dispensado, segundo sua territorialidade cultural. “Aliado a isto vem necessariamente os suprimentos objetivo, material, que está disponível no ambiente, aos sistemas de produção e a possibilidade de distribuição”.

Com propriedade, o autor dirige o tema para a questão das oportunidades sociais; os bens e serviços que devem estar materialmente disponíveis para ampla e justa distribuição. Entendemos que a situação dos anormalizados se dá a partir deste mote. O que existe livremente para o uso dos indivíduos, nos diferentes períodos da história da humanidade, a tal ponto que suas necessidades sejam respondidas em conformidade com os avanços alcançados pelo progresso tecnocientífico? Quais são nossas condições de existência?

Capella (1998, p. 71) nos indica que, enquanto dado objetivo, as sociedades crescem em cooperação e interdependência, mesmo que o produto desse intercâmbio se gerencie pela competição, insolidariedade, e individualismo. E isso por que: 1) o próprio mercado, estabelecido por essa trama de relações, não visa ao intercâmbio de todos os bens produzidos, o que gera a competição e, 2) exacerba o individualismo na insolidariedade da distribuição de bens alternativos que poderiam ser uma possibilidade de universalização dos bens que o mercado comumente freia.

A partir dessas premissas entendemos a impossibilidade do acesso aos bens produzidos socialmente de uma forma ampliada e, da mesma maneira, a existência de ordenamentos capitaneados pelo atual sistema dual, que se rege pelo ânimo de mercado, obrigando a formatação dos indivíduos partícipes do mesmo – com características propícias à contínua alimentação do processo.

Entre os autores que investiram seus estudos para compor o conceito de normalidade, rompendo com as distorções da tese médico-biológica, podemos citar Canguilhem (1995, p. 102-103), que o define como sendo não um conceito de realidade estatística, mas como um valor da vida por si mesma, uma vez que todos os organismos vivos possuem um grande número de variações na forma e volume proporcional de seus órgãos, e, em contrapartida, também possuem

um grande número de traços comuns à grande maioria dos indivíduos que compõem uma espécie, e esse conjunto define o tipo específico.

O autor finaliza afirmando que a noção de anormalidade é subjetiva, porquanto só é possível conhecê-la quando toca no sistema de valores, nos paradigmas médico-científicos, onde há a qualificação da própria vida nos aspectos que a favorecem e a prejudicam. Do contrário, fora do estatuto médico-cientificista, estes conceitos (normal/anormal) seriam ignorados por pura perda de valores vitais à coletividade. Canguilhem ainda assevera que a própria ciência investe estudos na definição do que seja anômalo ou não à ordem humana, à medida que seja sentida pela consciência tal anomalia quando esta for obstáculo às funções “esperadas”, ainda “sob a forma de perturbação ou de nocividade” (CANGUILHEM, 1995, p. 104-105).

A ação humana na organização da vida coletiva, desta forma, vai ampliando uma quantidade de feixes/práticas sociais que serão imprescindíveis para marcar e dirigir (assim como reproduzir e perpetuar) os interesses determinantes na gestão e otimização do modo de produção capitalista (MPC).

Tal modelo de produção só se faz possível através de mecanismos internos que o organizem/dinamizem continuamente e, no mesmo ânimo, abortem conflitos.

Assim, o padrão de “ser humano útil”, de valores “positivos ao mercado”, de “harmonia social” é amplamente difundido, reproduzido e torna-se regulador social, que, na modernidade, traz os conceitos de qualidade e eficiência implícitos a si, estrangulando a luta pela sobrevivência (KASSAR, 2001, p. 25-33).

Ou seja, àquele que “destoa” de tais parâmetros, resta apenas o ostracismo (ser um pária social), uma vez que a diferença é significativa enquanto “desencaixe” ao estabelecido. Por este sentido, Foucault (apud PLATT, 1998, p. 17) analisa que todos os “desviantes” ao constructo da normalidade modelada socialmente possuíam a mesma conjuntura de ofensa às regras estabelecidas ao convívio. Eles eram os loucos, os deficientes de um modo geral e os criminosos.

Além do que, a complexificação das relações sociais (a partir das relações de produção) aventa as novas diretrizes que estabelecem os parâmetros de regulamentação dos aportes para a revitalização unicamente do processo de acumulação do capital.

Neste ponto, ao reconhecermos os mecanismos que objetivamente reduzem os indivíduos aos limites constantes daquilo que ontologicamente os define enquanto humanos – o trabalho e as

relações de trabalho –, alienando-os deste processo, e assim termos condições de acessar os dados que modificam objetivamente o processo de humanização do homem, perpassaremos sobre os resultados desta barbárie sem fim, a partir do processo que sempre esteve pari passu com a questão da normalidade/anormalidade: o processo da saúde/doença nos indivíduos.

Como descrito nos parágrafos acima, podemos concluir que as doenças podem ser consideradas também na particularidade da incidência sociológica, uma vez que o corpo sem saúde corresponde à história e constituição pessoais dos que se distanciaram dos códigos coletivos. A saúde dos sujeitos implica que os mesmos participem amplamente da vida social (ainda que em meio à imposição desta “vida social”) e seu contrário corresponderia “ao surgimento das perturbações mentais” (COSTA; TUNDIS, 2001, p. 10).

Isto quer dizer que as consequências da regulação das relações sociais pelo viés das relações de mercado transtornam a história individual e social dos indivíduos de tal forma que os alijam do processo de humanização, em sua completude. Decorre deste mote a não apropriação das objetivações sensíveis e materiais que o sujeito tem que reter para conduzir com “bom senso” (leia-se senso crítico, reflexivo, conscientemente) o mundo da vida.

Almeida Filho (2001, p. 120-121) descreve uma das epidemiologias contemporâneas que tem amplo destaque, principalmente pela eficácia de inserção em todas as classes sociais, em todas as faixas etárias, e que possui difícil análise, por parte do indivíduo, em dar uma resposta que a elimine ou a controle. O autor refere-se ao “**ESTRESSE URBANO**”, categoria elaborada a partir do conceito formulado pela escola de ecologia humana de Chicago. Seria o “caos interno” que se estabelece quando o indivíduo procura se organizar diante dos dados que necessita reter e manipular para completar as tarefas do dia. O autor cita que a urbanidade possui inúmeros estressores que “impossibilitariam o desenvolvimento normal da personalidade e provocariam respostas comportamentais anormais” Isto ocorre pelas características do individualismo, da competitividade e da violência, diante das quais as diferentes personalidades têm dificuldade de inserir-se e agir.

Com disto, perde-se o sentido das atividades que operam para a objetivação da vida e, neste caminho, cresce a indiferente e a “amalgamada massa de crônicos” degenerativos: indivíduos cada vez mais “doentes” e inaptos à totalidade das atividades laborais.

É necessário o alerta de que a “vida em si” não é a causadora de tal estresse, muito menos o fato de localmente se situar no âmbito urbano. Mesmo porque temos convicção de que na área rural também já se instalou – há muito – o caos e a incerteza de como gerir e conduzir a vida. Como analisam Marx e Engels (1998), na Ideologia Alemã, é a propriedade privada que faz com que tanto o indivíduo no campo quanto o indivíduo na cidade sejam animais subordinados, limitados, a uma determinada atividade que lhes é imposta.

Na verdade, a degenerência do indivíduo, causada pelo sistema capitalista, ao lidar com sua sobrevivência, produz o acúmulo da insatisfação. O sujeito já entranhado nas malhas de um sistema que nunca satisfará plenamente suas necessidades – uma vez que um dos princípios para o acúmulo do capital seria o de criar novos “desejos” e assim manter e ampliar em número, a rede de consumidores, oferecendo a “novidade”, que não se identifica com aquilo que é indiscutivelmente crucial para manter a qualidade de vida –, de tal forma que se agrava a impossibilidade de uma resposta positiva ao desejo (o que, para a grande maioria populacional, significa sequer possuir condições mínimas de sobrevivência), e o resultado disso é a culpabilização do próprio indivíduo pelo não-êxito. E qualquer perda da razão torna-se, assim, presença da loucura. A partir disso, rompe-se o pacto social. Foucault (2001) diz que este indivíduo é “demonizado” como um “monstro”: ele se tornará a hiena que avança e ataca o corpo social.

Temos a clareza, conforme já nos alertava Duarte (1999, p. 16), de que a energia dispensada através do trabalho por milhões de seres humanos tem oportunizado que a objetivação humana, neste último século e com destaque à ciência e à produção material, gerasse condições de existência livre e universal nunca antes vistas na história da humanidade; no entanto, estas condições não são compartilhadas pela totalidade dos humanos da terra, o que nos dá o claro entendimento que tal “avanço” é gerado às custas da miséria e fome, da ignorância e dominação e pela morte de milhões de seres.

Lembramo-nos de Marx e Engels (1998), quando alertam que a classe dominante não se detém em ser apenas o poder material dominante, mas também em dispor dos meios de produção intelectual dominante (poder espiritual dominante).

Nesse instante, há a anormalização sugerida, uma vez que a não satisfação daquilo que é amplamente desejado causa a objetiva situação de apartação social (BUARQUE, 2001), de distanciamento daquilo que é comum a todos e ao próprio gênero humano.

Assim, o fenômeno da exclusão se dilui no tecido social como um fenômeno natural da complexidade das relações estabelecidas; o estigma irá explicar quais as “categorias” e a incidência dos mecanismos que promovem o ciclo de reprodução da exclusão, que se dá tanto na questão do excluído que afirma sua condição enquanto “fatalidade”, quanto na condição das relações estabelecidas nesta mesma sociedade que possuem entre si vínculos muito tênues e conformados pela situação da exclusão mais ampla (WANDERLEY, 2001, p. 24-25).

Bezerra Jr. (2001, p. 138-139) entende que a demanda de doentes, hodiernamente, denuncia a prática “ingênua” da existência de uma demanda de doentes “naturais”, “espontâneos”. O autor afirma que tal situação é forjada socialmente por meio da extrema condição de miséria e exploração em que vive a maioria da população, uma vez que, sem políticas que possuam resultados efetivos e permanentes, esta maioria adoece, sucumbindo à patologia, porquanto não suporta as pressões que lhes são impostas, ou, até mesmo, enquanto mecanismo de sobrevivência através do uso do benefício previdenciário, mecanismos estes forjados pela estrutura das relações de produção capitalista que aliena os indivíduos do resultado de sua atividade e que possui respaldo do aparelhamento médico, uma vez que incorpora “novos espaços sociais sob sua tutela”.

Conforme análises extraídas do próprio Banco Mundial (2002):

a pesar de que las condiciones humanas han mejorado más em el último siglo que em todo el resto de la historia de la humanidad: la riqueza mundial, los contatos internacionales y la capacidad tecnológica son ahora mayores que nunca. Pero la distribución de esas mejoras há sido extraordinariamente desigual.

Oliveira (2000, p. 110) alerta que a intenção do Banco Mundial seria apenas o de “aliviar a pobreza” de tal forma que reduza a mesma, por meio de ações que estimulem atitudes unicamente no sentido de proporcionar a sensação de harmonia social, na busca de limitar as possibilidades do surgimento de conflitos sociais. Leher (1998, introdução) corrobora com o pensamento ao afirmar que o Banco Mundial realmente introduz políticas para o alívio da pobreza enquanto mecanismo ideológico, evitando, desta forma, qualquer convulsão social dos

países e regiões do terceiro mundo, além de implantar no imaginário coletivo a falsa ideia de que as práticas neoliberais possibilitem a inclusão social das maiorias excluídas.

Podemos considerar, assim, que as atuais políticas aventadas e operacionalizadas nos países, principalmente nos periféricos, reduzem-se a dar sustentação ao sistema do mercado capitalista. Outra análise possível será a de que os mecanismos atuais referentes ao grau da mais-valia do trabalho se requalificam pela intensidade das atividades laborais como pelo salário que frequentemente se reduz muito abaixo dos níveis necessários à “normal reprodução dos trabalhadores” (CARCANHOLO, 2000).

A precariedade de proteção social se amplia, e os indivíduos se submetem a agudizar sua relação de sobrevivência em níveis abaixo da linha do limite humano. A doença se dialetiza como o sofrimento do corpo e o escape ao nefasto. O próprio falecimento do corpo é um “fenômeno social” que resulta dos condicionantes sociais e fisiológicos (do trabalho, higiene, de atenção à fadiga e às doenças) (CANGUILHEM, 1995, p. 127).

É necessário esclarecer, a partir dos estudos de Canguilhem, o conceito de “corpo são”. Segundo este autor (p. 20-21), a natureza (*physis*) se encontra em equilíbrio. A doença seria a perturbação desse estado de equilíbrio. No entanto, a doença é intrínseca à composição do ser humano, fazendo parte de seu todo. A doença expressaria o esforço que a natureza investe na busca do reequilíbrio ao ser humano.

Canguilhem (p. 261) sustenta o estado da dialética saúde-doença no sentido de que não se possam valorar tais princípios (positivos ou negativos), podendo-se incorrer no erro de sobrepujar um sobre o outro. Para este autor, só temos a situação de doença a partir do estado de saúde, ou seja, a saúde é o estado de equilíbrio psíquico-orgânico que se restabelece / se conquista por meio de contínuas rupturas: “a ameaça da doença é um dos elementos constitutivos da saúde”.

Ao concordarmos com o autor de que há uma dialética saúde-doença – na qual o estado de doença vem a ser a forma em que o corpo manifesta seu reequilíbrio à saúde, entendemos que há equívocos gritantes, hodiernamente, na esfera da concepção de deficiência.

Ainda citando Canguilhem, em sua conceituada obra “O Normal e o Patológico” (1995), devemos estar atentos quanto às armadilhas da ação supracitada, uma vez que seria por meio de um agente formador de opinião (especialista da área da saúde, por exemplo, revestido de

conceitos – e preconceitos) que se colocariam dados “objetivados” para compreender (e julgar!) as tentativas de inserção do indivíduo considerado deficiente, atestadas após análise clínica.

Esta é uma das questões que suscitaram as manifestações de deficientes, que se organizaram em movimentos sociais mais amplos na busca da reflexão sobre sua situação na sociedade. Compreendemos que, assim como há a luta histórica de diversos grupos minoritários (religiosos, étnicos, de gênero etc.), do mesmo modo se coloca a de indivíduos deficientes em relação à conquista de uma posição que seja declinada do prospecto histórico que se construiu em torno deles.

Torres (2001, p. 13-111) analisa que os debates sobre a raça, etnia, gênero (e a estes podemos acrescentar todos os demais grupos que perscrutam a igualdade de direitos) são cada vez mais focadas, uma vez que, no discurso pós-moderno estas categorias serão mais bem definidas por meio da fragmentação dos tipos sociais. Torres (p.81) assera com propriedade que o conceito marxista de classe possuía a peculiaridade de seu universalismo e a condição de que a classe trabalhadora sobrepusesse as camadas médias e a classe alta. A diferença de classe era algo mais que o “reconhecimento das diferentes trajetórias de socialização e experiência”. Desta forma, sintetizamos a crítica neomarxista, que entende todos os movimentos realizados pelos grupos minoritários como movimentos que enfraquecem as bases das estratégias coletivas na busca da modificação dos condicionantes sociais, mesmo que se compreenda a necessidade que tais grupos têm do reconhecimento social de suas subjetividades e materialidades enquanto sujeitos de identidades suprimidas e colonizadas [...], e em celebrar suas inevitáveis diferenças”.

Podemos relacionar, porém, como Cruickshank e Johnson (1971, p. 10-11) apontam, que diferentemente dos demais grupos que defendem a igualdade de direitos (por meio de federações, associações, grupos sindicais etc.), determinaram-se aos deficientes instituições e entidades que os “recolhessem”, por uma concepção amplamente distorcida e divulgada que havia sobre a temática da deficiência – necessariamente mediada e a mercê (pelos últimos enunciados) do que significaria sua luta de inserção.

Contudo, é necessário analisar que a instância da relação indivíduo-Estado e instituição-Estado possuem implicações próprias em suas constituições quando nos referimos a sujeitos deficientes (embora seja esta uma questão clássica da filosofia, não é nosso intento empreender, aqui, um estudo mais sistemático sobre o mesmo). E assim, apenas no sentido de

introdutoriamente discutir este ponto – e ao mesmo tempo finalizando-o nesta parte do texto – gostaríamos de nos deter na análise de Sader (1998) ao refletir sobre a base economicista do marxismo de Lênin e do aspecto reduzido da luta do operariado – em que este afirma que deverá “obrigatoriamente ‘começar pela luta econômica’ para depois ‘dar à própria luta econômica um caráter político’”. Diz-nos Sader (p. 144-145):

Ressaltando este aspecto particular do trabalho – e não seu aspecto criador, aquele pelo qual, na qualidade de ‘gasto de energia humana em geral’, ele produz as riquezas do modo capitalista e, por isso, tem em si as chaves desse sistema – ao invés de caminhar para a quebra do mecanismo, o ‘economicismo’ desemboca obrigatoriamente em um corporativismo. O aspecto ressaltado das determinações da classe operária não é apenas parcial, é justamente o destaque de suas características particulares, ‘porque as condições de trabalho são extremamente variadas conforme as profissões e, portanto, a luta pela melhoria destas condições deve forçosamente ser reduzida por profissões’. O germe de universalidade presente na classe operária, suporte do critério geral de trocas – o trabalho abstrato, que a torna fonte doadora de valor às mercadorias – é escamoteado em função do caráter particular do desgaste da força de trabalho concreto que está presente nas condições de remuneração do sapateiro, do metalúrgico e do gráfico. A classe operária só ascende ao papel de ‘vanguarda na luta anticapitalista’ que o Manifesto Comunista já lhe reservara, na qualidade de portadora do trabalho humano abstrato, que é privilégio da classe como um todo e não de setores particulares dela. Enquanto soma de setores, enquanto agente de trabalho concreto, a classe operária situa-se no nível corporativo, ainda gira em torno do mercado. Ela reforça seu papel de classe do sistema, em detrimento do papel possível da sua negação, que começa a se exercer quando ela se constitui como classe para si, iniciando a criação de um pólo próprio de aglutinação social e política em torno de si mesma.

Por meio desta, queremos entender os movimentos “das minorias” como movimentos que não oportunizam a totalidade necessária e requerida historicamente pelas lutas operárias; a criação, como fala Sader, do polo de aglutinação social – que constituiria a classe proletária em classe para si. Devemos atentar-nos à ideia de que o acesso a este preceito relacional se dá de forma, digamos, alheadas à situação do deficiente quando da urgência por fazer valer seus direitos. Isto porque ele será primeiramente, na grassa maioria dos casos, representado por um interventor/responsável/mediador para juntar-se a uma corporação representativa na solução de seus anseios (sendo que este mesmo responsável/interventor/mediador organizará e deliberará sobre a vida associacional do deficiente que representa).

O controle social sobre a ação do indivíduo é mais gritante e se conduz de forma pretensamente “natural” (“meios mais sutis e menos evidentes”), a partir do momento em que nos localizamos nas sociedades com uma estruturação social desenvolvida e sua planificação se

organiza a partir da divisão social do trabalho, das diferentes funções complementares, onde os indivíduos exacerbam suas mediações solitariamente (MANNHEIM, 1977, p. 326-331).

Isto quer dizer que, ao ser representado por outros e ter a associação como ponto de interseção para o “diálogo” com as instâncias do Estado, o deficiente (ou o indivíduo compreendido como inadequado ao convívio social) terá na pessoa de seu interventor a única possibilidade de fala, o que sugere todo um recorte da lógica de subentendimentos, uma vez que, enquanto representado, haverá a impossibilidade da integridade de ser pessoa física e por si fazer valer seus anseios e pretensões.

Esta ação estaria impregnada de toda uma perspectiva/medida de cunho protecionista/assistencialista e que geraria um *savoir-faire* quanto ao tratamento do indivíduo julgado “anormal” – que se processa historicamente, num primeiro momento de intervenção de indivíduos deficientes, através da ação médico-terapêutica. Podemos somar a este dado a história da assistência social, que se entrecruza com o que acabamos de dizer, uma vez que a crítica que fazia à ação do Estado-providência e de sua política social implicava organizá-la diante da amplitude situacional dos vários segmentos sociais.

Neste instante do estudo, urge o resgate mais pontual da elaboração do conceito de deficiência/anormalidade, que, segundo Wanderley (2001, p. 17), está atrelado a “rótulos de inúmeros processos e categorias, uma série de manifestações que aparecem como fraturas e rupturas no vínculo social” – ou seja: a exclusão social (de “pessoas idosas, deficientes, desadaptados sociais; minorias étnicas ou de cor; desempregados de longa duração, jovens impossibilitados de aceder ao mercado de trabalho etc.”). Estamos tecendo o conceito de que todo aquele que não possui as características de mercado torna-se deficiente/anormal para acessá-lo: “os excluídos são todos aqueles que são rejeitados de nossos mercados materiais e simbólicos, de nossos valores”.

Podemos arrolar alguns equívocos diante deste juízo sobre deficiência, que resultaria no estado de exclusão que acima definimos.

Um primeiro equívoco estaria no olhar que se possui sobre o ser humano que se encontra fora das dimensões aceitas, e que na verdade vem sendo uma característica passível de juízos de valor, uma vez que se arrefece a ideia de lhe outorgar um sentido de não-plenitude<sup>4</sup>.

O segundo equívoco se encontraria na maneira como se trata a situação do indivíduo dito “deficiente/anormal”, que, como descrito acima, estaria alinhado na perspectiva da assistência/proteção social.

Ao concebê-lo deficiente/“diferente”/anormal (pejorativamente; num sentido negativo), atesta-se sua “incompetência” em gerenciar sua vida e assumir um papel social no “mundo da produção”, pois não deteria consigo os qualitativos suficientes para isso – não teria a sua disposição todos os mecanismos físico-psíquico-intelectual e social para desenvolver-se em sociedade. Compreende-se, aqui, que este indivíduo sempre se encontraria à periferia da razão social.

Podemos arrolar um terceiro aspecto dos equívocos conformados socialmente: a questão da ação compensatória.

Este aspecto refere-se à ideia de que, munidos de toda uma aceitação daquilo que seria o plano ideal – de enquadrar-se o indivíduo neste modelo idealizado (mesmo que não atingido pelos mesmos que ventilam tal projeto...), haja vista que se capitula a não possibilidade de alcance ao desejado, por tal sujeito – resta-nos destinar esforços em indicar as condutas ainda não acomodadas no indivíduo, e que seriam o fiel que balizaria entre a projeção de utilidade social ou inutilidade social – uma vez que a “domesticação” de certos comportamentos e a assimilação de outros são entendidas como a única possibilidade de humanização deste ser.

Dupas (2000, p. 21) alerta que esta não é uma situação inexorável, já que existem indivíduos na situação de desencaixe no mercado de trabalho (excluídos), porém, com garantia de sobrevivência e acesso aos princípios cidadãos pelo fato de existirem “transferências relacionadas a um welfare state”.

Campos traz destaque quanto às inconstâncias epistemológicas ao se tratar desta área (exclusão). A exemplo da exclusão e marginalização, o autor nos lembra que, por seu caráter

---

<sup>4</sup> Sobre este tema existem inúmeros estudos que empiricamente demonstram a situação do deficiente atrelado à pobreza e à exclusão social num amplo aspecto. Neste sentido, podemos arrolar as obras de Jannuzzi (1985), Bueno (1993), Kassar (2001), Sawaia (2001), Wanderley (2001), entre outros.

polissêmico, tais conceitos se fragilizam ao serem abordados sem o devido rigor, como na determinação sobre qual/que sujeito/objeto referir-se-á e as implicações ao mesmo:

Gazier, 1996 (citado pelo autor), por exemplo, classifica três teorias da exclusão: a do ‘resíduo’, a do ‘underclass’ e a da ‘privação’. A primeira teoria consiste em dividir pobres em dois tipos: os ‘ordinários’, que seriam os trabalhadores pouco qualificados, mas ainda capazes de alguma atividade e iniciativa normais, os do chamado ‘resíduo’, constituído por aqueles que são física, mental ou moralmente incapazes de trabalhar. A segunda teoria, chamada ‘underclass’, aparece nos Estados Unidos, e vê a existência dos excluídos como resultante da estratificação social e do desenvolvimento de uma ‘subcultura’ da pobreza que resistiria até em casos de crescimento da renda pessoal ou familiar. [...]. A terceira teoria, [...] funda-se na distinção entre pobreza absoluta (viver abaixo de um limiar fixo de recursos) e pobreza relativa (viver abaixo de um nível relativo de recursos que se eleva à medida que a riqueza de um dado país aumenta). Essa teoria compreende a exclusão em referência à visão relativa, aceitando as implicações maciças da pobreza relativa e define, para cada país, uma linha abaixo da qual uma diminuição dos recursos não permite mais a participação social (grifos nossos) (CAMPOS, 1999, p. 1284).

Neste excerto o autor (e as referências das quais faz uso) reúne os conceitos ventilados usualmente e que regulam as práticas sociais (neste sentido, o autor se reporta à perspectiva do conjunto de uma dada sociedade). Lembramo-nos ainda da citação de Forachi e Martins (1977, introdução) que abre este capítulo: temos que discutir quais os olhares que definem este padrão humano e com quais pretensões (“em nome de quem [...] subjuga e aliena”).

Em uma sociedade marcadamente desigual e segregadora como a contemporânea, onde o processo civilizatório e o desenvolvimento humano se dão de forma predatória de tal maneira que os dados que objetivamente materializam as possibilidades de sobrevivência se encolhem e a apropriação de uma sólida base ideológico-cultural viável à organização/construção dos definidores da práxis social (assim como inserção e escolha sociais) se faz por meio de turvas nuances, temos a gritante dificuldade de estabelecer uma projeção teleológica do processo democrático e acesso à plenitude da cidadania. E disto falamos originalmente a indivíduos considerados não-deficientes.

Conforme Silver (apud DUPAS, 2000, p. 21), as categorias de excluídos (ou que apresentam deficiências para se inserirem no processo social), entre outras, são as massas desempregadas, os que se envolvem em subempregos (precários e desqualificados), os idosos e não protegidos pela legislação, os pobres com baixa renda, os sem-terra, os sem habilidades (?!), os evadidos da escola, os analfabetos, os deficientes físicos e mentais, os viciados, os

delinquentes (!) e presos, as crianças problemáticas (!) e as que sofreram abusos, os trabalhadores infantis, as mulheres, os estrangeiros, os imigrantes e refugiados, as minorias raciais, religiosas e em termos idiomáticos, os que receberam algum tipo de assistência social, os moradores de bairros deteriorados, os pobres abaixo da linha de pobreza (sem-teto e famintos, entre outros), os que possuem práticas de consumo e lazer atípicas e que são, desta forma, estigmatizadas, os que sofreram mobilidade para baixo, os socialmente isolados, os sem amigos ou sem família.

Poderíamos acrescentar neste rol a questão dos doentes de qualquer natureza, ou com alguma diferenciação orgânica – sem ser necessariamente patológica, degenerativa –, e que são estigmatizados e apartados do meio social.

Segundo Silva Filho (2001), convencionou-se enquanto marco referencial que, até o período mercantilista, o quantitativo populacional era a maior riqueza que uma nação possuía. Após este período, todos os que estavam impossibilitados de contribuir com o processo de “produção, comércio e consumo”, ficam apartados também do convívio social. Esta reclusão/encarceramento se dá com os órfãos, “os epiléticos, os miseráveis, os libertinos, os velhos e crianças abandonadas, os venéreos, os aleijados, os religiosos infratores e os loucos”, ou seja, os deficientes à vida coletiva. Ainda conforme o autor, o conceito de normalidade configura-se a partir da reestruturação do espaço sociocultural, e a “norma” se rege pelo comportamento que “se adapta à liberdade burguesa” (p. 75-102).

Temos, a partir disto, alguns complicadores para a estreita relação da normalidade/anormalidade na projeção e no julgamento das ações dos indivíduos, assim como de sua objetividade/subjetividade humana.

### **Considerações finais**

Neste artigo procuramos reconhecer as conexões entre o conceito de normalidade/anormalidade e o estabelecimento da valoração social diante do formato predisposto no padrão do mercado consumidor, da produção e relação capitalistas. Queremos dizer com isso que o modo de produção capitalista em que está assentada a sociedade em seus aspectos sociopolítico-econômico-culturais e amplamente as relações deles provenientes, coadunam nos

parâmetros determinantes para a formação do estigma, o alheamento dos indivíduos e o descolamento no sentido de pertença social.

A intenção foi compreender que a construção dada ao conceito não se dá por questões relativas às subjetividades dos indivíduos, mas estas estão intrinsecamente atreladas às concepções de produtividade alijadas do modelo de produção capitalista. A organização na sociedade capitalista – que, por ser dual, contraditória, ventila continuamente novos parâmetros no intuito de “sobre fôlego” ao mesmo modelo de produção - alcunha sentido na vida humana a partir de juízos de valor.

A reificação do espaço social é um dado favorável para a manipulação dos indivíduos, onde não se compreendem os fatos da vida enquanto justapostos, conectados, em rede. Esta inconsciência dos determinantes que regem a vida dos seres produz a servilidade diante do comando capitalista. É compreensível, então, entender que o amálgama que rege o ideário deste processo de produção se dá por meios sutis que, como Capella (1998) sustenta em suas proposições, caminham na direção da não-solidariedade, competição e individualismo. Estes meios são reificados em sociedade a tal ponto que os vínculos que daí se origina se enquadram no vetor destes princípios.

Em cada período da história da organização social é possível recapturar o sentido de pertença que os sujeitos definem e, assim delinear que aspectos como a força física, habilidades manuais etc. forjam os primeiros conceitos daqueles que estariam aptos ou não para responder imediatamente à solicitação do grupo.

Podemos, na atualidade, arrolar outros aspectos para a análise do constructo dos conceitos de normalidade e anormalidade como a clássica questão dos desistidos por questões físicas, mentais e/ou moral (assim como os demais tipos físicos/mentais que estejam fora do “padrão” consensualmente talhado), reconhecidos como incapazes ao trabalho - é também a teoria que abarca os trabalhadores menos qualificados; os que se situam abaixo da linha da pobreza, com menos de US\$2,00/dia, ou em pobreza absoluta; e aqueles que fazem parte da “subcultura da pobreza”, ou seja, os excluídos por resultado da estratificação social para os quais, mesmo que haja crescimento da renda pessoal ou familiar, não têm mais espaço/acesso social.

A partir do momento que o avanço tecno-científico prorrompe em buscas de respostas às grandes questões da humanidade e com isso institui novas possibilidades para que a qualidade

objetiva da vida dos sujeitos se estabeleça, espera-se que esse benefício seja amplamente difundido na sociedade.

Temos clareza que, por meio disto, indivíduos anteriormente tolhidos na possibilidade de exercerem atividades e terem acesso aos direitos básicos da cidadania, por entraves à sua ação objetiva em sociedade, estariam tranquilamente disponibilizando uma nova realidade, caso estivesse ao seu alcance acessar tais benefícios.

### Referências

- ALMEIDA FILHO, Naomar. Epidemiologia social das desordens mentais: revisão da literatura latino-americana. In: COSTA, Nilson do R.; TUNDIS, Silvério A.(org.). **Cidadania e loucura: políticas de saúde mental no Brasil**. 7. ed. Rio de Janeiro: Vozes; ABRASCO, 2001. p. 120-121.
- BANCO MUNDIAL. **Qué es el capital social?**. Disponível em: <www.bancomundial.org.>. Acesso em: jun. 2002. p. 1-13.
- BEZERRA JÚNIOR., Benilton. Considerações sobre terapêuticas ambulatoriais em saúde mental. In: COSTA, Nilson do R.; TUNDIS, Silvério A. (org.). **Cidadania e loucura: políticas de saúde mental no Brasil**. 7. ed. Rio de Janeiro: Vozes; ABRASCO, 2001. p. 138-139.
- BUARQUE, Cristovam. **Admirável mundo atual**. Brasília: Geração, 2001.
- BUENO, José G. **Educação especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente**. São Paulo: EDUC, 1993.
- CAMPOS, Pedro H. F. Parâmetros para uma concepção psicossocial da exclusão. **Fragmento Cultural**, Goiânia, v. 9, n. 6, nov./dez. 1999.
- CANGUILHEM, Georges. **O normal e o patológico**. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- CAPELLA, Juan Ramón. **Os cidadãos servos**. Porto Alegre, RS: Sergio Antonio Fabris, 1998.
- CARCANHOLO, Reinaldo A. A globalização, o neoliberalismo e a síndrome da imunidade auto-atribuída. In: MALAGUTI, M. L.; CARCANHOLO, R. A.; CARCANHOLO, M. D. **Neoliberalismo: a tragédia do nosso tempo**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1995.
- COSTA, Nilson do R.; TUNDIS, Silvério A. (org.). **Cidadania e loucura: políticas de saúde mental no Brasil**. 7. ed. Rio de Janeiro: Vozes; ABRASCO, 2001.
- CRUICKSHANK, William M.; JOHNSON, G. Orville. **A educação da criança e do jovem excepcional**. 2. ed. Porto Alegre: Globo, 1971.
- DAUSTER, Tânia. **Representações sociais e educação**. Rio de Janeiro: PUC - Departamento de Educação. Junho/2000. (paper).
- DUARTE, Newton. **A individualidade para-si: contribuição a uma teoria histórico-social da formação do indivíduo**. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

DUPAS, Gilberto. **Economia global e exclusão social:** pobreza, emprego, Estado e o futuro do capitalismo. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

FORACCHI, Marialice M.; MARTINS, José. S. **Sociologia e sociedade:** leituras de introdução à sociologia. Rio de Janeiro: LTC, 1977.

FOUCAULT, M. **Os anormais.** São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FREDERICO, Celso. **O jovem Marx:** 1843-44, as origens da ontologia do ser social. São Paulo: Cortez, 1995.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (org.). **Teoria e educação no labirinto do capital.** Petrópolis: Vozes, 2001.

GENTILI, Pablo. Neoliberalismo e educação: manual do usuário. In: SILVA, T. T. da; GENTILI, Pablo (org.). **Escola S.A.:** quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo. Brasília, DF: CNTE, 1996. p. 9-49.

JANNUZZI, Gilberta. **A Luta pela educação do deficiente mental no Brasil.** São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1985.

KASSAR, Mônica de C. M. Retrospectiva e perspectiva da educação especial no Brasil. **Teoria e prática da educação,** Maringá: UEM, v. 2, n. 4, p. 25-33, jun/2001.

LANE, Sílvia T. M. **O que é psicologia social?** 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

LEHER, Roberto. **Da ideologia do desenvolvimento à ideologia da globalização:** a educação como estratégia do Banco Mundial para “alívio” da pobreza. 1998. Tese (Doutorado), Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, 1998.

LUKÁCS, George. **Per una ontologia dell’Essere sociale.** Texto “Il Lavoro” – Primeiro capítulo – tradução prof<sup>o</sup> Ivo Tonet, (mimeo). (s/d).

MALINOWSKI, B. **Uma teoria científica da cultura.** 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

MANNHEIM, Karl. A planificação como domínio racional do irracional. In: FORACCHI, M.M.; MARTINS, J. S. **Sociologia e sociedade:** leituras de introdução à sociologia. Rio de Janeiro: LTC, 1977.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã.** 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

\_\_\_\_\_. A ideologia em Geral. In: CARDOSO, Fernando H.; IANNI, Octavio. **Homem e sociedade:** leituras básicas de sociologia geral. 8. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1973. p. 304-317.

MEDINA, João Paulo S. **O brasileiro e seu corpo:** a educação e política do corpo. 2. ed. Campinas, SP: Papirus, 1990.

OLIVEIRA, Dalila, A. de. **Educação básica:** gestão do trabalho e da pobreza. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

PEREIRA, Potyara A. P. **Necessidades humanas:** subsídios à crítica dos mínimos sociais. São Paulo: Cortez, 2000.

PERRUSSI, Artur. **Imagens da loucura:** representação social da doença mental na psiquiatria. São Paulo: Cortez; Recife: Ed. UFPE, 1995.

PIERUCCI, Antônio Flávio. As bases da nova direita. **Novos Estudos CEBRAP,** São Paulo, n. 19, p. 26-45, dez. 1987.

PLATT, A. D. **A escola e deficiente:** a crise da formação de educadores diante do ingresso de alunos deficientes no ensino regular. 1998. Dissertação (Mestrado) - PUCCAMP, Campinas, SP, 1998.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS/SME. **Traduzindo em ações:** das diretrizes a uma proposta curricular. Florianópolis, 1996.

SADER, Emir. **Estado e política em Marx**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia histórico-crítica:** primeiras aproximações. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1991.

SAWAIA, Bader (org.). **As artimanhas da exclusão:** análise psicossocial e ética da desigualdade social. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

SCHEIBE, Leda. Modelos de Formação de Professores: conseqüências para a construção social da identidade profissional. In: CONFERÊNCIA DE ENCERRAMENTO DA V SEMANA DA EDUCAÇÃO, 4., Londrina. Conferência de encerramento. Londrina: UEL, 2003.

SEVERINO, Antonio J. **Educação, sujeito e história**. São Paulo: Olho d'Água, 2001.

SILVA FILHO, J. F. da. A medicina, a psiquiatria e a doença mental. In: COSTA, Nilson do R.; TUNDIS, Silvério A. (org.). **Cidadania e loucura:** políticas de saúde mental no Brasil. 7. ed. Rio de Janeiro: Vozes, Abrasco, 2001. p. 75-102.

SILVA, Tomaz. T. da. O projeto educacional da nova direita e a retórica da qualidade total. In: SILVA, T. T. da; GENTILI, Pablo (org.). **Escola S.A.:** quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo. Brasília, DF: CNTE, 1996. p. 167-188.

TESSER, Ozir. Relação trabalho e educação e as classes trabalhadoras (educação para uma sociedade em transformação). **Educação em Debate**, Fortaleza, UFMA, ano 17/18, n. 29, 30, 31, 32, 1995.

TORRES, Carlos A. **Democracia, educação e multiculturalismo:** dilemas da cidadania em um mundo globalizado. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

VÁZQUEZ, Adolfo S. **Filosofia da práxis**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

VÉRAS, Maura P. B. Exclusão social: um problema de 500 anos (notas preliminares). In: SAWAIA, Bader (org.). **As artimanhas da exclusão:** análise psicossocial e ética da desigualdade social. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. p. 27-49.

WANDERLEY, Mariângela B. Refletindo sobre a noção e exclusão. In: SAWAIA, Bader (org.). **As artimanhas da exclusão:** análise psicossocial e ética da desigualdade social. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. p. 21-22

Adreana Dulcina Platt - Universidade Estadual de Londrina.  
Londrina | PR | Brasil. Contato: adplatt@uel.br

Artigo recebido em: 30 ago. 2013 e  
aprovado em: 3 fev. 2014.